

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

REGISTRO DE PREÇOS 07/2026

PROCESSO 000211/26

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua, nº- Bairro na cidade de, CEP, representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado **DETENTOR DO PREÇO**, têm justo e acordado esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026**, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.0. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a *Contratação de empresa para plantio de grama sempre verde em locais públicos, com fornecimento de material e mão de obra, para atender as necessidades das Secretarias municipais...*, especificada no edital de Pregão Eletrônico nº 12/2026 Registro de Preços 07/2026, e seus anexos, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da ata, os **DETENTORES DE PREÇOS** deverão estar aptos a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos estabelecidos no presente Termo de Referência.

3.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

3.2.1. Caso não seja possível iniciar a execução na data assinalada, o licitante deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria solicitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. O **DETENTOR DE PREÇO** deverá executar os serviços nos locais indicados pela Secretaria solicitante ou Fiscal do Contrato, comprometendo-se a proceder com os serviços em toda circunscrição municipal, nos horários de expediente da Prefeitura Municipal de Marau, de segunda a sexta, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

3.4. Excepcionalmente o município poderá solicitar que os serviços sejam realizados fora do horário comercial, inclusive em finais de semana e feriados.

3.5. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência e Edital, ficando o **DETENTOR DE PREÇO** obrigado a refazer os serviços no prazo máximo de **02 (dois) dias** após a comunicação feita pelo Fiscal do Contrato ou Secretaria Solicitante, sem custo adicional ao Município.

3.6. Ao **DETENTOR DE PREÇO** caberá indenizar terceiros e ao Contratante quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a prestação dos serviços, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. O **DETENTOR DE PREÇO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

4. DOS LOCAIS E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser realizados nos locais indicados pela Secretaria Solicitante no momento da emissão da Ordem de Serviço, nos horários de expediente da Prefeitura Municipal de Marau, de segunda a sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

4.2. Os serviços deverão ser executados em toda a circunscrição do Município de Marau, conforme as demandas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Solicitante.

4.2.2. Excepcionalmente, o Município poderá determinar a execução dos serviços em horários diversos do expediente regular, inclusive aos finais de semana e feriados, mediante prévia solicitação formal.

5. DOS SERVIÇOS, PROFISSIONAIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

5.1. O DETENTOR DE PREÇO deverá executar os serviços de plantio de grama sempre verde em leivas, com fornecimento integral de material e mão de obra, conforme especificações constantes no item 2 do Termo de Referência, bem como nas demais disposições do Edital e da Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por todos os insumos, equipamentos, ferramentas, transporte e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.

5.2. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data de recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

5.3. O plantio deverá observar as boas práticas técnicas de preparo do solo, nivelamento, correção quando necessária, acomodação das leivas, irrigação inicial e demais procedimentos adequados à garantia do enraizamento e desenvolvimento da grama, assegurando padrão uniforme e qualidade do acabamento.

5.4. Anteriormente ao plantio, a Licitante deverá realizar os ajustes necessários e a remoção de todos os resíduos indesejados do local a ser gramado, como por exemplo: *pequenos ajustes topográficos, recolhimento de entulhos, pedras, madeiras, pragas, ervas daninhas e etc.*

5.5. A grama utilizada no plantio deverá estar **isenta de pragas, doenças, ervas daninhas e demais inconsistências** que prejudiquem o plantio e desenvolvimento.

5.6. Os valores registrados e contratados serão considerados completos e suficientes para a execução integral do objeto, abrangendo todas as despesas diretas e indiretas, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, transporte, deslocamento, alimentação, equipamentos e quaisquer outros custos necessários, não sendo admitidas reivindicações posteriores de pagamentos adicionais.

5.7. A execução dos serviços será acompanhada por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Marau, que procederá à fiscalização e ao recebimento dos serviços mediante aferição da área efetivamente plantada (m²), conforme ordem de serviço emitida.

5.8. Concluídos os serviços, as áreas deverão ser entregues limpas e desimpedidas de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

5.9. Todos os materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços correrão por conta da Licitante.

5.10. A apresentação da proposta implica plena ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, assumindo a Contratada o compromisso de executar o

objeto nos seus exatos termos, garantindo a disponibilidade de equipe técnica capacitada e materiais em quantidade e qualidade adequadas, exonerando-se o Município de quaisquer responsabilidades decorrentes de falhas operacionais da empresa.

5.11. A Contratada é responsável por fornecer mão de obra qualificada e em número suficiente para a adequada execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade todos os custos relativos à remuneração, alimentação, transporte, hospedagem, deslocamento e demais despesas relacionadas ao pessoal empregado na execução contratual.

5.12. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais relativos aos empregados utilizados na execução dos serviços correrão por conta exclusiva da Contratada, bem como a responsabilidade civil e penal por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros, durante a execução do contrato.

5.13. O Licitante deve cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo de uso obrigatório.

5.14. Todos os custos referentes a entrega dos produtos são de responsabilidade da Contratada a qual também deverá descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

5.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

5.16. Todos os custos relacionados ao objeto da presente contratação serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, comprometendo-se, ainda, a responder integralmente por eventuais danos causados ao patrimônio público, exonerando-se integralmente o Município.

5.0. DA SECRETARIA COORDENADORA E PARTICIPANTE(S)

5.1. A Secretaria Municipal Administração será a coordenadora, desta contratação.

5.2. Das Secretarias participantes: As Secretarias participantes desta contratação são Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação

6.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

7.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste termo, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do **DETENTOR DE PREÇO**, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

7.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

7.3. A prorrogação desta contratação está condicionada a:

7.3.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

7.3.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

8.0. DO CADASTRO RESERVA

8.1. O Anexo I da presente Ata constitui-se em cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses do Decreto Municipal n.º 6.118/2024,

8.2. Os licitantes que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas seguintes hipóteses:

8.2.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação.

8.2.2. Quando houver o cancelamento do registro do **DETENTOR DE PREÇO** ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 13.

9.0. DA ASSINATURA

9.1. Após a homologação, o **DETENTOR DO PREÇO**, será convocado para assinar a ata de registro de preços, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de assinatura poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do **DETENTOR DO PREÇO** ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

9.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal n.º 14.063/2020.

9.3. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. A presente Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização dos fornecimentos decorrentes.

10.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21.

10.3. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

10.4. O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

11. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data de apresentação da proposta financeira do DETENTOR DO PREÇO.

11.2. No caso do fornecimento ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

11.3. Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do **DETENTOR DE PREÇO**, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.

11.4. O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a entrega do objeto deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

11.5. Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

12.0. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas seguintes hipóteses quando o fornecedor:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.1.2. Não informar o recebimento da autorização da entrega, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

13.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

13.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.5. Não formalizar contrato decorrente do registro de preços, sem justificativa razoável;

13.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.4. Ainda, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.4.1. Por razão de interesse público;

13.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

13.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Na vigência desta Ata, o **DETENTOR DE PREÇO** estará sujeito às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

14.1.1. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

14.1.2. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

14.1.3. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa

de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.1.4. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

14.1.5. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

14.2. Para efeitos da aplicação das sanções previstas neste item, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

14.3. No caso de aplicação de multa, o **DETENTOR DE PREÇO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ele o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

14.4. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

14.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O **DETENTOR** da Ata de Registro de Preços, deverá comunicar ao **MUNICÍPIO**, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

15.2. Os licitantes participantes do processo licitatório devem ter pleno conhecimento de todas as disposições desta Ata, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.

15.3. Fica o **DETENTOR** desta Ata obrigado a manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme art. 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

15.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.5. Os preços serão registrados no Setor de Compras, que poderá requisitar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante a solicitação formal pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, de contrato administrativo junto a Secretaria de Administração, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, sendo que as contratações serão efetuadas após manifestação favorável da Secretaria Municipal de Administração.

15.6. O preço registrado com indicação dos **DETENTORES DE PREÇO** será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.7. Aplica-se a presente Ata, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 11.462/2023 bem como os dispositivos da licitação que originou este registro.

16.0. DA COMPETÊNCIA

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim.

Marau, ... de de 2025.

MUNICÍPIO DE MARAU

DETENTOR DE PREÇO